

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

SAMARA CARNEIRO ALMEIDA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO PESSOAL: um estudo do perfil
dos servidores técnicos e analistas quanto a utilização de empréstimo consignado em um
órgão Federal no Maranhão**

São Luís
2025

SAMARA CARNEIRO ALMEIDA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO PESSOAL: um estudo do perfil
dos servidores técnicos e analistas quanto a utilização de empréstimo consignado em um
órgão Federal no Maranhão**

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade de artigo,
apresentado como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Administração da Universidade Federal do
Maranhão - UFMA.

Orientador: Prof.^a Dra.^a Aline Alvares Melo.

São Luís

2025

Carneiro, Samara Almeida.

Educação financeira e endividamento pessoal: um estudo do perfil dos servidores técnicos e analistas quanto a utilização de empréstimo consignado em um órgão federal no maranhão./ Samara Carneiro Almeida. – 2025
35 f.

Orientadora: Aline Alvares Melo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação, Artigo) - Curso de Administração, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Educação Financeira. 2. Endividamento Pessoal. 3. Empréstimo Consignado. I. Melo, Aline Alvares. II. Título.

SAMARA CARNEIRO ALMEIDA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO PESSOAL: um estudo do perfil
dos servidores técnicos e analistas quanto a utilização de empréstimo consignado em um
órgão Federal no Maranhão**

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade de artigo,
apresentado como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Administração da Universidade Federal do
Maranhão - UFMA.

Aprovado em: 11 / 02 /2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Aline Alvares Melo (orientadora)

Dr.^a em Administração

Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Fernanda Paes Arantes

Dr.^a em Engenharia da Produção

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Walber Lins Pontes

Dr. em Informática na Educação

Universidade Federal do Maranhão

A Deus, minha rocha e auxílio constante, cuja graça e misericórdia têm sustentado cada passo desta jornada. À minha mãe, pelo cuidado incansável, pelo amor incondicional e pelo incentivo que sempre me motivou a persistir e alcançar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela vida, pela sabedoria e pela força fundamentais para a conclusão desta caminhada, sendo Ele o alicerce de todas as minhas conquistas.

À minha família, pelo incentivo constante, pelo amor e pela presença em todos os momentos, sendo um suporte inestimável ao longo desta trajetória.

Aos amigos que, com palavras de apoio e encorajamento, transformaram este percurso mais leve e significativo.

Manifesto, também, minha gratidão à minha orientadora, professora Aline Alvares Melo, pela excelente orientação e valiosos ensinamentos, fulcrais para a conclusão deste trabalho.

Aos servidores do Núcleo de Gestão de Pessoas, especialmente à equipe da Folha de Pagamento, que foram fundamentais para a realização deste trabalho. Sua disposição em colaborar, permitindo o acesso às informações possíveis, foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos que, de alguma forma, contribuíram a concretização deste trabalho, expresso minha sincera gratidão.

RESUMO

A educação financeira desempenha um papel de grande relevância na capacitação dos indivíduos para a tomada de decisões conscientes sobre a gestão de recursos, consumo e endividamento. No contexto atual, o fácil acesso a diversas opções de crédito, como consignado, e a falta de conhecimento financeiro podem levar a um uso inadequado dos recursos, aumentando os riscos de endividamento excessivo, especialmente na classe dos servidores públicos. Este estudo teve como objetivo analisar o perfil dos servidores técnicos e analistas usuários de crédito consignado em um órgão federal no Maranhão, e a influência do conhecimento financeiro nesse processo. A pesquisa, de natureza descritiva e exploratória, utilizou dados de relatórios da Folha de Pagamento e do Sistema de Recursos Humanos, além de questionário complementar, utilizando-se uma amostra de 6% dos servidores. Os resultados indicaram que 72% dos empréstimos estão concentrados na Seção Judiciária do Maranhão, com predominância de técnicos judiciários (68%), com idade média de 49,67 anos, maioria masculina e escolaridade predominante de pós-graduação (62%). A maior parte dos servidores se encontra no nível de pouco endividada (40%) ou em risco de sobre-endividamento (30%). Em relação ao conhecimento financeiro, servidores classificados como “sem dívidas” apresentaram índice de acerto de 75%, e os “pouco endividados” acertaram 63%, sendo classificados com conhecimento financeiro satisfatório e moderado, respectivamente. Servidores em “risco de endividamento” e “sobre-endividados” obtiveram acertos de 56% e 50%, sendo classificados com conhecimento insuficiente. Conclui-se que o conhecimento financeiro pode influenciar o perfil de endividamento, destacando a relevância de programas de educação financeira.

Palavras-chave: Educação financeira; Endividamento pessoal; Empréstimo consignado.

ABSTRACT

Financial education plays a significant role in empowering individuals to make conscious decisions about resource management, consumption, and indebtedness. In the current context, easy access to various credit options, such as payroll loans, and a lack of financial knowledge can lead to inappropriate use of resources, increasing the risks of excessive indebtedness, especially among public servants. This study aimed to analyze the profile of technical and analyst servers who use payroll loans in a federal agency in Maranhão, and the influence of financial knowledge in this process. The research, of descriptive and exploratory nature, used data from Payroll reports and the Human Resources System, as well as a complementary questionnaire applied to 6% of the servers. The results indicated that 72% of the loans are concentrated in the Judicial Section of Maranhão, with a predominance of judicial technicians (68%), an average age of 49.67 years, mostly male, and predominantly postgraduate education (62%). Most servers are in the level of slightly indebted (40%) or at risk of over-indebtedness (30%). Regarding financial knowledge, servers classified as debt-free had a 75% accuracy rate, while the "slightly indebted" had a 63% accuracy rate, being classified with sufficient and moderate financial knowledge, respectively. Servers at risk of indebtedness and over-indebted had accuracy rates of 56% and 50%, being classified with insufficient knowledge. It is concluded that financial knowledge influences the profile of indebtedness, highlighting the relevance of financial education programs.

Keywords: Financial education; Personal indebtedness; Payroll loan.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil de endividamento	16
Tabela 2 – Conhecimento financeiro	17
Tabela 3 – Perfil etário ativos	17
Tabela 4 – Faixa etária ativos	17
Tabela 5 – Estado Civil	20
Tabela 6 – Consignações ativas	21
Tabela 7 – Categoria Funcional – Todas as Seções	21
Tabela 8 – Registro de consignações por subcategoria Funcional – todas as subseções	22
Tabela 9 – Consignações por Subcategoria Funcional – todas as subseções	22
Tabela 10 – Consignações por Categoria Funcional –Seção Judiciária do Maranhão	22
Tabela 11 – Adicional de Funções	23
Tabela 12 – Seção de Lotação	24
Tabela 13 – Nível de endividamento	24
Tabela 14 – Motivações de aquisição de consignados	25
Tabela 15 – Acertos por variável analisada	26
Tabela 16 – Distribuição conhecimento financeiro	27
Tabela 17 – Distribuição de nível de endividamento e conhecimento financeiro	27

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	10
3	CRÉDITO CONSIGNADO E PROPENSÃO AO RISCO DE ENDIVIDAMENTO	11
4	ENDIVIDAMENTO PESSOAL E EDUCAÇÃO FINANCEIRA	13
5	METODOLOGIA	14
5.1	Metodologia para análise do perfil de endividamento	16
5.2	Metodologia para análise do nível de conhecimento financeiro.....	16
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
6.1	Perfil de endividamento dos servidores e propensão ao endividamento - relatórios de consignação	17
6.1.1	<i>Faixa etária e gênero.....</i>	17
6.1.2	<i>Escolaridade</i>	19
6.1.3	<i>Número de dependentes e estado civil</i>	19
6.1.4	<i>Perfil das consignações</i>	20
6.1.5	<i>Categoria Funcional</i>	21
6.1.6	<i>Adicional de funções</i>	23
6.1.7	<i>Seção de lotação</i>	23
6.2	Análise do endividamento - questionário	24
6.2.1	<i>Motivações de aquisição de empréstimo consignado</i>	25
6.2.2	<i>Análise do conhecimento financeiro</i>	25
6.3	Análise da relação entre o nível de conhecimento financeiro e o nível de endividamento dos servidores	27
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
	REFERÊNCIAS	29
	APÊNDICE A – Questionário	32

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO PESSOAL: um estudo do perfil dos servidores técnicos e analistas quanto a utilização de empréstimo consignado em um órgão Federal no Maranhão ¹

Samara Carneiro Almeida ²

Aline Alvares Melo ³

1 INTRODUÇÃO

O panorama econômico contemporâneo é caracterizado por transformações aceleradas e desafios de ordem global, envolvendo inovações tecnológicas, instabilidades financeiras e crises sociais. Essas mudanças afetam diretamente a dinâmica da vida cotidiana, especialmente no campo das finanças, onde as decisões financeiras tornam-se cada vez mais complexas diante do crescimento exponencial de produtos e serviços disponíveis. Nesse contexto, torna-se fundamental que os indivíduos desenvolvam competências financeiras que lhes permitam compreender conceitos essenciais e tomar decisões mais assertivas. Conforme destacam Lusardi e Mitchell (2023), a evolução dos mercados financeiros e a multiplicidade de opções existentes reforçam a importância da educação financeira como um instrumento crucial para promover o bem-estar econômico em meio a um ambiente de incertezas crescentes.

Nesse contexto, o crédito consignado emerge como uma modalidade de crédito amplamente difundida, especialmente entre servidores públicos, devido às condições vantajosas que oferece, como juros reduzidos e maior facilidade de obtenção proporcionadas pela estabilidade empregatícia e rendimentos fixos. Contudo, o acesso facilitado a essa forma de crédito pode, paradoxalmente, acentuar os riscos de endividamento excessivo, sobretudo quando associado a uma insuficiência de conhecimentos financeiros por parte dos tomadores. Conforme dados do Banco Central (2022), o endividamento da população brasileira atingiu níveis alarmantes, sendo o Maranhão um dos estados com maior índice de inadimplência no país, evidenciando a urgência de investigações que contemplem as especificidades regionais.

Diante dessa conjuntura, surge o seguinte questionamento: Qual é o perfil dos servidores técnicos e analistas em um órgão federal do Maranhão quanto a utilização do crédito consignado, e qual a influência do conhecimento financeiro nesse processo?

Para responder a esse questionamento, o presente estudo teve como o objetivo geral analisar o perfil dos servidores técnicos e analistas usuários de crédito consignado em um órgão federal do Maranhão e a influência do conhecimento financeiro dos servidores nesse processo. No que tange aos objetivos específicos, esta investigação visou identificar o perfil de endividamento dos servidores técnicos e analistas quanto a utilização de sistemas de crédito; levantar as motivações que influenciaram a decisão desses servidores em utilizar a modalidade de crédito consignado; compreender o nível de conhecimento financeiro dos servidores que recorreram ao crédito consignado; e, por fim, analisar a relação entre o nível de conhecimento financeiro e o grau de endividamento dos servidores. Os objetivos delineados buscavam oferecer uma compreensão aprofundada dos fatores determinantes no comportamento financeiro dos servidores, bem como da interação entre conhecimento financeiro e os padrões de endividamento observados nesse grupo.

A relevância deste estudo reside em diversas dimensões. Do ponto de vista teórico, busca-se suprir lacunas na literatura sobre a intersecção entre educação financeira e

¹ Artigo apresentado para a disciplina de TCC II do Curso de Administração da UFMA e defendido como Trabalho de Conclusão de Curso perante banca examinadora em sessão pública no semestre acadêmico de 2024.2, na cidade de São Luís/MA.

² Aluna do Curso de Administração/UFMA. Contato: samararc22@gmail.com;

³ Professora Orientadora. Dr.^a em Administração. Departamento de Ciências Contábeis, Imobiliárias e Administração DECCA/CCSo/UFMA. Contato: aline.melo@ufma.br.

endividamento, especialmente no contexto do funcionalismo público, onde o acesso ao crédito consignado apresenta particularidades relevantes. Ao concentrar-se nos servidores em um órgão federal do Maranhão, a pesquisa agrega uma perspectiva regional pouco explorada, contribuindo para a ampliação do entendimento sobre as dinâmicas financeiras em um estado com índices preocupantes de endividamento.

Metodologicamente, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como estratégia para a contextualização e fundamentação teórica do estudo, bem como a pesquisa documental, para levantamento de perfil demográfico e de endividamento dos servidores ativos, utilizando dados extraídos de relatórios de consignações ativas disponíveis no sistema da Folha de Pagamento e no Sistema de Recursos Humanos (SARH), do período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. Complementarmente, utilizou-se questionário estruturado em 4 partes para análise complementar do perfil de endividamento e de conhecimento financeiro dos servidores técnicos e analistas do órgão. No plano empírico, os resultados têm potencial de aplicação em outras esferas do setor público e privado, fomentando o desenvolvimento de estratégias e políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

Assim, ao investigar a relação entre o perfil financeiro dos servidores públicos, o uso do crédito consignado e a educação financeira, este estudo pretende não apenas ampliar o arcabouço teórico existente, mas também fornecer insights que promovam transformações práticas e estruturais, tanto no âmbito acadêmico quanto no institucional e social.

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Alvo de crescente interesse no cenário econômico e social, a expressão educação financeira possui uma vasta gama de definições, o que reflete a complexidade desse campo de estudo. Nesse sentido, diferentes abordagens sobre o tema têm surgido, cada uma delas focando aspectos relevantes sobre o assunto. De acordo com o Banco Central do Brasil (2022a), a educação financeira pode ser entendida como sendo um processo em que as pessoas podem aprimorar habilidades de entendimento de conceitos e produtos financeiros. Esse aprimoramento é alcançado através da disponibilização de informações claras, treinamento e orientação, construindo nos indivíduos habilidades e competências necessárias para tomar decisões conscientes, no que diz respeito a riscos e oportunidades financeiras. Dessa forma, dentro dessa abordagem defendida pelo órgão, a educação financeira visa permitir que as pessoas possam fazer escolhas financeiras mais informadas, no sentido de entenderem as implicações de suas ações e de saber onde encontrar auxílio, quando necessário, evitando golpes e armadilhas financeiras.

A definição de educação financeira apresentada pelo Banco Central do Brasil (2022a) segue a linha defendida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2005), que em documento de Recomendações sobre os Princípios e Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira, preconiza uma visão mais profunda sobre o tema, que transcende a simples disseminação de informações econômicas e se revela como um processo pelo qual consumidores e investidores buscam aprimorar sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros. Isso se dá, segundo a organização, através do acesso a informações, aconselhamentos e instruções, em prol da construção de habilidades de confiança. Por meio dessa abordagem da OCDE, os indivíduos se tornam mais conscientes de riscos e oportunidades no âmbito econômico, contribuindo para a melhora no seu bem-estar financeiro.

A esse respeito, Claudino, Nunes e Silva (2009) descrevem educação financeira como a capacidade de aplicar a inteligência na interpretação de números, transformando estes dados em informações valiosas para um planejamento financeiro capaz de assegurar no presente, um consumo saudável, bem como um futuro com equilíbrio financeiro. Ainda, segundo os autores, ao aprimorar competências em educação financeira, os indivíduos adquirem a capacidade de planejar seu futuro financeiro, acumular ativos, alcançar níveis de renda adequados e elaborar

orçamentos eficazes. Nessa vertente, a educação financeira tem a virtude, não somente de capacitar os indivíduos para o funcionamento das finanças pessoais, mas também de contribuir para que estes indivíduos que dela se apoderam, tomem medidas eficientes para garantir uma vida saudável do ponto de vista financeiro.

A educação financeira passa a ser entendida como algo bem mais amplo do que apenas a soma de conhecimentos matemáticos, propriamente ditos. Trata-se da capacidade de utilizar os conhecimentos e conceitos fundamentais em decisões financeiras (Lusardi; Mitchell, 2023). Dessa forma, é fundamental que os indivíduos adquiram além do conhecimento financeiro, a capacidade de confiança necessária à tomada de decisões financeiras (Potrich; Vieira; Ceretta, 2013).

Nessa perspectiva, os estudiosos defendem o termo educação financeira sob um viés mais profundo e prático, no sentido de que não se pode somente ser conhecedor dos conceitos, mas ir além, ser alfabetizado financeiramente, sendo capaz de aplicar no dia a dia os conhecimentos adquiridos. Assim, alfabetização financeira se refere tanto ao conhecimento, propriamente dito, quanto ao comportamento financeiro (Lusardi, 2019). Dentro dessa linha de estudo, educação financeira reflete ação e não somente o ato de aquisição de novos saberes. Por outro lado, a falta de habilidades em educação financeira leva ao analfabetismo financeiro, que se materializa em uma barreira para que ocorra a inclusão financeira (Campara; Pacheco; Costa Jr., 2018).

A educação financeira afeta tudo, desde as decisões do dia a dia às decisões de longo prazo, gerando consequências que extrapolam o individual (Lusardi, 2019). Nesse contexto, indivíduos alfabetizados financeiramente são bastante relevantes para o progresso econômico, pois são mais propensos a poupar e investir de maneira mais eficiente. Além disso, à medida que os governos enfrentam frequentemente déficits financeiros, as poupanças acumuladas pelas pessoas se tornam uma fonte importante de financiamento para diversos setores da economia (Claudino; Nunes; Silva, 2009). Assim, a ausência de educação financeira, descrita como ignorância financeira pode causar custos gerais significativos.

O analfabetismo financeiro não é exclusividade de países pobres, em um estudo abrangente, envolvendo mais de 144 países, intitulado: “A Educação Financeira no Mundo” Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015) destacam que apenas um em cada três adultos compreende conceitos em educação financeira. Tal fato evidencia a imperatividade do tema e a necessidade de investimentos neste campo do saber, pois deixar de investir em educação financeira devido ao fato de não ser uma tarefa simples, pode gerar consequências mais complicadas, devido à complexidade do ambiente financeiro contemporâneo (Lusardi; Mitchell, 2017).

A gestão responsável das finanças pessoais, incluindo a capacidade de poupar e investir, desempenha um papel vital na manutenção de uma economia saudável (Silva et al., 2020). Assim, os conhecimentos em educação financeira aplicados no cotidiano geram benefícios para a sociedade como um todo, pois as decisões financeiras tomadas de forma desinformada geram danos a todos os agentes da economia, como juros altos, menos crédito disponível, retração, entre outros problemas.

3 CRÉDITO CONSIGNADO E PROPENSÃO AO RISCO DE ENDIVIDAMENTO

Dentro das diferentes opções disponíveis no mercado de crédito, o empréstimo consignado representa uma opção com características distintas, que apresenta taxas de juros mais baixas em comparação com outras modalidades de empréstimo. Assim, esta modalidade de crédito se torna uma alternativa menos arriscada para as instituições financeiras, devido ao fato de as parcelas serem descontadas diretamente nos rendimentos dos contratantes, diminuindo o risco de não pagamento. Apesar de apresentar esse viés de menor risco sob o ponto de vista das instituições financeiras, esta modalidade de crédito merece atenção, pois

segundo Moura, Oliveira e Silva (2018) o crédito consignado pode ser considerado uma opção de duplo impacto, pois embora ofereça taxas de juros menores e uma opção segura para bancos e contratantes, pode levar a um ciclo de endividamento prolongado. Segundo os autores, pelos benefícios trazidos, os bancos buscam manter os clientes, aumentando cada vez mais a oferta de crédito em prol da garantia do fluxo de juros. Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018) identificaram em estudo desenvolvido com servidores da Universidade Federal de Santa Catarina, que os profissionais que mais apresentam atitudes favoráveis ao endividamento são aqueles que gastam mais do que ganham, possuem financiamentos e possuem ou já possuíram em algum momento o crédito consignado, o que corrobora com a tese de que tal modalidade deve ser utilizada de forma responsável.

Segundo Leão (2016) tem havido um maior estímulo ao crédito fácil, com destaque para o empréstimo consignado, que oferece juros mais baixos, prazos de pagamento mais flexíveis e acesso descomplicado a essa modalidade de crédito, sobretudo para servidores públicos. De acordo com a autora, o acesso ao crédito consignado é “simples, fácil e rápido”. Tal vertente ressalta a promoção dada ao empréstimo consignado como sendo uma alternativa atraente, mas que se deve levar em consideração que este acesso estimulado e facilitado ao crédito pode culminar com elevados índices de endividamento, caso não seja acompanhado do consumo consciente. Dentro dessa perspectiva, Brandão (2021) acrescenta que apesar de ser a modalidade de empréstimo mais acessível, esta modalidade ainda apresenta índices anuais de juros elevados, devido a cenários econômicos e até mesmo concorrência entre bancos, e ressalta a importância de se entender as taxas envolvidas.

No âmbito internacional, Klapper; Lusardi e Oudheusden (2015) também acrescentam uma preocupação relevante no cenário de inclusão financeira, à medida que produtos de crédito estão se tornando mais acessíveis, muitas vezes, devido a ações governamentais de fomento ao consumo e aumento do acesso aos serviços financeiros. Para as autoras, essa maior disponibilidade de crédito pode levar a aumento de dívidas, caso as pessoas que utilizam as ofertas de crédito não sejam alfabetizadas financeiramente.

Ademais, além do estímulo ao crédito, as novas tecnologias no contexto econômico e financeiro tem facilitado a tomada de empréstimos, muitas vezes de forma impulsiva. A facilidade de acesso, devido, em grande parte, ao avanço tecnológico, combinada a falta de entendimento sobre riscos, taxas de juros e prazos em operações de consignados podem levar a tomada de decisões imprudentes (Bruno; Gentil, 2022). Essa impulsividade defendida pelo autor corrobora com o postulado pelo Banco Central do Brasil (2022b), que destaca as operações de crédito mais tecnológicas, como internet ou *mobile banking* como propulsores de decisões precipitadas, devido a facilidade disponibilizada, rapidez e impessoalidade. Ambos concordam que os avanços citados aliados a falta de conhecimentos sobre serviços financeiros contratados ou almejados contribuem para a contratação de crédito por impulso. Além da falta de conhecimentos, a própria correria do dia a dia e a cultura do imediatismo podem contribuir para esse quadro deletério, como bem postula o Banco central do Brasil (2022b), ao destacar que muitos clientes se concentram somente no valor da parcela, sem levar em consideração o ônus total do compromisso de crédito assumido. Tal atitude de desatenção por parte do contratante pode resultar em um entendimento errado dos custos totais do empréstimo, podendo impactar no patrimônio financeiro a longo prazo.

Segundo Bruno e Gentil (2022), a oferta de crédito é um dos impulsionadores de crescimento e desenvolvimento socioeconômico, à medida que o acesso ao crédito pela população desempenha um papel fulcral na promoção de investimentos e na geração de riqueza para uma nação. Não se pode impedir ou barrar o consumo, antes deve-se assegurar o equilíbrio entre a necessidade de oferta e a transparência, acessibilidade dos dados e de conhecimento e sustentabilidade do crédito para a população.

4 ENDIVIDAMENTO PESSOAL E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O endividamento pessoal, segundo Campara et al. (2016) compreende uma diversidade de conceitos que buscam descrever os níveis de dificuldade financeira dos indivíduos, indo do mais baixo ao mais elevado. Assim, os autores argumentam que os termos relacionados ao endividamento são tratados frequentemente, e de forma equivocada, como sinônimos. A palavra endividamento não necessariamente significa descumprimento de acordos firmados; a esse descumprimento, chamamos de inadimplência, que é o não pagamento pontual de dívidas contratadas (Claudino; Nunes; Silva, 2009). Da mesma forma, os índices elevados de dívidas que comprometam os gastos com subsistência e impossibilitem o seu pagamento, denomina-se sobre-endividamento. O Banco Central do Brasil (2022a) também ressalta essa diferenciação entre os termos citados e a importância de não tratar tais termos como sinônimos. Dessa forma, compreende-se endividamento como sendo um compromisso financeiro firmado com outrem, que deverá ser honrado em tempo acordado, sendo um elo em uma linha tênue que, se não planejado, pode evoluir para o sobre-endividamento.

As pessoas se veem cada vez mais estimuladas ao consumo, e esse mercado de crédito fácil acaba levando as pessoas a se perderem em suas finanças pessoais, pois o consumo desordenado de crédito traz como consequência a inadimplência (Savoia; Saito; Santana, 2007). Neste cenário, o Banco Central do Brasil (2022a) aponta que houve um forte aumento na oferta de crédito para pessoa física em 2022, totalizando um aumento de 17,7% em todas as regiões brasileiras. Em contrapartida, o relatório aponta que no mesmo período houve um aumento na inadimplência, com destaque para a região nordeste que liderou o ranking de inadimplência entre os estados.

Dentro dessa perspectiva, Potrich et al. (2016) destacam um aspecto importante dessa conjuntura econômica atual, onde os indivíduos são levados a consumir além de suas condições financeiras, corroborando para maiores índices de endividamento da sociedade. Ou seja, de acordo com essa visão defendida pelos autores, a manutenção de níveis crescentes de endividamento em uma sociedade pode ser atribuída, também, a um cenário macroeconômico que incentiva o consumo de forma desregulada. Dessa forma, à medida que o estímulo é feito sem que a população esteja preparada para lidar com as ofertas, são geradas consequências que impactam a sociedade em geral, pois conforme defendem Savoia, Saito e Santana (2007), o aumento da inadimplência provoca, entre outras coisas, a interrupção de empréstimos e a redução da atividade econômica, culminando com um ciclo vicioso, entre o aumento do crédito e retração.

Dessa forma, tomar decisões financeiras equilibradas não é uma tarefa simples, principalmente no contexto atual, de mudanças e inovações econômicas que mudam de forma rápida as formas de investir e consumir. Consumidores se veem enfrentando decisões mais complexas a cada dia, com a introdução de produtos financeiros inovadores, aplicações online, novas formas de pagamento, ativos criptográficos, que podem ser altamente arriscados, entre outros, que fazem com que a educação financeira seja tão relevante (Lusardi; Mitchell, 2023). Nesta linha, Savóia, Saito e Santana (2007) ratificam o defendido pelas autoras ao defender que existe uma interação entre as mudanças no contexto tecnológico, regulatório e econômico dos serviços financeiros e os níveis de educação financeira. Para os autores, à medida que os serviços financeiros se tornam mais complexos, a falta de conhecimento financeiro pode prejudicar as decisões financeiras da população.

Destarte, a incapacidade de gerir de forma eficiente as finanças pessoais por parte de muitas pessoas contribui para que o crédito seja percebido de forma negativa. Entretanto, é essencial ressaltar que o crédito não deve ser estigmatizado erroneamente, pois este instrumento representa um papel fulcral no crescimento da economia sendo, portanto, a fragilidade no domínio das finanças pessoais, o ponto sensível dessa equação. Nessa perspectiva, maiores

índices de conhecimentos financeiros estão associados a melhor gestão do crédito, menores riscos de endividamento excessivo, e menores preocupações e/ou estresses financeiros (Banco Central do Brasil, 2022a). A esse respeito, Lusardi (2019) em um de seus estudos que investigam as evidências e implicações da alfabetização e da educação financeira, revela que a educação financeira tem impactos comprovados nas escolhas e nas condutas financeiras dos indivíduos. Segundo a autora, há extensas comprovações de que a educação financeira desempenha um papel fulcral, não somente na capacidade de economizar e fazer investimentos de forma consciente, mas também na gestão responsável de dívidas gerais e obtenção de empréstimos.

Nessa perspectiva, Lusardi e Tufano (2015) acrescentam que a educação financeira desempenha um papel de extrema importância no comportamento de endividamento. Segundo as autoras, indivíduos alfabetizados financeiramente são menos propensos a acumular dívidas em cartões de crédito e tendem a liquidar seus débitos de forma mais eficiente, ou seja, pagando o valor total em vez de utilizar o pagamento mínimo. Além disso, a educação financeira também desempenha um lugar de destaque no que diz respeito a escolha de métodos de empréstimos. Segundo Lusardi e Scheresberg (apud Lusardi, 2019), indivíduos que possuem maior conhecimento financeiro são menos inclinados a recorrer a empréstimos de alto custo, como os consignados, penhores, entre outros. Tal evidência demonstra que a educação financeira afeta não somente o comportamento de endividamento, mas as escolhas de empréstimos, que são tomadas de forma mais informada e consciente, evitando ciladas e alternativas desvantajosas financeiramente.

Ademais, dentro do contexto científico nacional, pode-se destacar os resultados apontados por Flores, Vieira e Coronel (2013) que, em estudo desenvolvido com 246 servidores da Universidade de Santa Maria, constataram que a percepção de risco e a educação financeira desempenham papéis cruciais na propensão ao endividamento. De acordo com a pesquisa, quanto maior a percepção de risco e quanto mais elevado o nível de educação financeira de um indivíduo, menor é a tendência deste em contrair dívidas em excesso. Outro estudo nacional desenvolvido por Claudino, Nunes e Silva (2009) com servidores públicos técnicos administrativos de uma instituição pública constatou o baixo nível de educação financeira dos servidores analisados, e que maiores conhecimentos em educação financeira têm impactos nas condições de menores índices de endividamento.

Dessarte, os dados e evidências apontados nos estudos nacionais e internacionais revelam a essencialidade da educação financeira como ferramenta crucial para evitar o endividamento em excesso e promover o bem-estar financeiro. Dessa forma, investir em educação financeira é um imperativo global em todas as classes sociais, tendo em vista que tais conhecimentos irão capacitar os cidadãos a tomarem decisões financeiras responsáveis, colaborando para o bom funcionamento da economia.

5 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos esta pesquisa classifica-se como descritiva, ao procurar descrever o perfil dos servidores técnicos e analistas quanto a utilização de empréstimo em um órgão Federal no Maranhão. Segundo Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Paralelamente, a pesquisa apresenta natureza exploratória, uma vez que busca aprofundar a compreensão sobre um tema ainda pouco investigado, particularmente no contexto do serviço público. Nesse sentido, Arruda (2013) destaca que pesquisas exploratórias visam fornecer maior familiaridade com o problema em análise, seja para torná-lo mais evidente, seja para fundamentar a formulação de situações.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como estratégia para a contextualização e fundamentação teórica do estudo, com base em livros,

artigos científicos e relatórios de órgãos e instituições de crédito. Além disso, realizou-se uma pesquisa documental, utilizando dados extraídos de relatórios relacionados aos servidores disponíveis no sistema da Folha de Pagamento e no Sistema de Recursos Humanos (SARH), os quais forneceram subsídios empíricos para a análise.

A pesquisa, quanto à abordagem, classifica-se como quali-quantitativa, ao mesclar características quantitativas, na coleta e análise de dados numericamente, e qualitativas ao utilizar questões mais abertas, como motivações do uso do empréstimo consignado. A utilização das duas abordagens traz riqueza à pesquisa, ao possibilitar compreender o perfil e as relações estudadas de forma mais aprofundada e abrangente. De acordo com Arruda (2013), pesquisas qualitativas captam a relação entre o mundo objetivo e a subjetividade do observador, enquanto as quantitativas traduzem os dados coletados em números para possibilitar sua classificação e análise estatística.

Para a coleta de dados utilizou-se uma pesquisa documental nos sistemas da Folha de Pagamento e no sistema de Recursos Humanos do órgão, em que foram levantados dados demográficos e de perfil de endividamento dos servidores técnicos e analistas, quanto a utilização de empréstimo consignado, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023. De acordo com Gil (2002), a pesquisa documental se utiliza de materiais que ainda não foram tratados analiticamente, ou que podem ser reelaborados conforme os objetos da pesquisa.

Ademais, foi aplicado um questionário estruturado composto por quatro categorias, baseado nos estudos de Claudino, Nunes e Silva e Lucci et al. (2006). A primeira seção abrangendo questões sobre dados demográficos dos entrevistados; a segunda, por sua vez, investigou o perfil de endividamento; a terceira investigou as variáveis que influenciam a adesão ao empréstimo consignado; e a quarta seção buscou avaliar o nível de conhecimento financeiro dos servidores a partir de questões objetivas e teóricas, que exigiam a resolução de problemas relacionados a temas financeiros específicos. Tal estruturação do instrumento de coleta de dados permitiu uma análise abrangente dos fatores relacionados ao comportamento financeiro dos participantes.

A população-alvo incluiu servidores ativos, técnicos e analistas do órgão federal no Maranhão. No que tange aos relatórios, a amostra foi delimitada aos técnicos judiciários e analistas judiciários de todas as categorias funcionais, das subseções Maranhão, Caxias, Balsas, Bacabal e Imperatriz, com registro no período analisado, que compreende o total de 225 servidores com registro. Para o questionário, delimitou-se aos técnicos e analistas da Seção Judiciária do Maranhão, que comporta o total de 167 registros, representando 74% dos registros ativos. A escolha por essa categoria de servidores se deu pelo fato de ser o grupo com maior número de servidores, além de ser a categoria que utiliza, majoritariamente, empréstimo consignado no órgão, conforme os relatórios das rubricas de consignação apontam. Além disso, não se buscou investigar aposentados, pensionistas, inativos e juízes neste estudo, que são os demais grupos também possuem dados em folha de pagamento, referentes a empréstimo consignado. A escolha pela Seção Judiciária do Maranhão se deu devido à facilidade de acesso, em contraste com as dificuldades logísticas de contato com servidores lotados em subseções no interior do estado.

Ademais, a amostra se caracteriza como não probabilística, por conveniência, devido à facilidade de acesso aos participantes. A coleta de dados via questionário foi realizada entre os dias 7 e 16 de janeiro de 2025, por meio da plataforma Google Forms, com envio pelos canais institucionais de e-mail e WhatsApp. Foram coletados um percentual de 6% do total de 167 servidores técnicos e analistas judiciários ativos com registro de consignação, no período analisado na Seção Judiciária do Maranhão. No que tange aos relatórios, a coleta ocorreu entre os dias 30 e 31 de dezembro de 2024, abrangendo a totalidade dos servidores com registros de consignação no período de janeiro de 2023 a dezembro de 2023 de todas as subseções.

5.1 Metodologia para análise do perfil de endividamento

Para avaliar o perfil de endividamento dos servidores técnicos e analistas, baseou-se no estudo desenvolvido por Claudino, Nunes e Silva (2009). Desse modo, foram elaboradas questões sobre o perfil de endividamento dos servidores, coletando-se dados sobre dívidas ativas, percentual das dívidas sobre a renda, dívidas em atraso/período de atraso e preferência na utilização de crédito.

Através das respostas ao questionário foi possível analisar o perfil de endividamento dos servidores, por meio dos indicadores, conforme tabela 1.

Além disso, para complementar a análise, foram utilizados os relatórios de consignações ativas no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, e dados provenientes do sistema de recursos humanos. A combinação desses dados proporcionou uma visão mais detalhada sobre o perfil financeiro dos servidores, enriquecendo a compreensão sobre a relação entre os fatores pessoais e o endividamento.

Tabela 1 – Perfil de endividamento

Categorias	Condições	
	Relação dívida/renda	Dívidas em atraso/período
Sem dívida	Sem dívida	Não
Pouco endividado	>0 e $\leq 25\%$	Não possui/ sim, menos de 30 dias
Com risco de sobre-endividamento	$>25\%$ e $\leq 50\%$	Entre 30 e 60 dias/ + de 60 dias
Sobre-endividamento	$>50\%$	Mais de 60 dias

Fonte: Adaptado de Claudino, Nunes e Silva (2009).

Considerou-se nesta pesquisa a relação dívida/renda, Claudino, Nunes e Silva (2009), bem como o período de dívidas em atrasos para analisar o perfil de endividamento e risco de sobre-endividamento, tendo em vista que quanto mais alto for o percentual da dívida em relação a renda, mais chances de perda de controle dos débitos. Além disso, à medida que as contas em atraso se acumulam em relação ao tempo, maiores os juros e a dificuldade de pagamento. Dessa forma, este estudo utilizou esses dois indicadores fundamentais para traçar o perfil de endividamento dos servidores e avaliar os riscos associados ao sobre-endividamento.

5.2 Metodologia para análise do nível de conhecimento financeiro.

Para avaliar o nível de conhecimento financeiro dos respondentes, utilizou-se questionário sobre conhecimentos financeiros, composto por questões teóricas e objetivas que exploraram temas fundamentais de finanças, como liquidez nas aplicações, valor do dinheiro no tempo, encargos financeiros em função do prazo das dívidas, custos e despesas financeiras e planejamento financeiro. Esta etapa teve como objetivo avaliar o conhecimento teórico dos respondentes.

Foram utilizadas seis questões avaliativas, das quais quatro foram extraídas do estudo de Lucci et al. (2006), e duas foram adaptadas para atender às especificidades deste estudo. As respostas foram corrigidas de acordo com o gabarito proposto no estudo original, e os resultados foram convertidos em resultados percentuais.

Para fins de classificação, distribuiu-se na seguinte escala, conforme tabela 2: 0 a 60% indicou conhecimento insuficiente; 61 a 75% corresponderam a conhecimento moderado; e 76 a 100% foi considerado conhecimento satisfatório, conforme tabela 2.

Tabela 2 – Conhecimento financeiro

Categorias	Conhecimento financeiro
Satisfatório	Entre 76 e 100%
Moderado	Entre 61 e 75%
Insuficiente	Entre 0 e 60%

Fonte: Autora (2025).

Dessa forma, essa etapa permite uma análise objetiva do nível de conhecimento financeiro dos respondentes, ao fornecer uma base estruturada para a interpretação dos dados coletados.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Perfil de endividamento dos servidores e propensão ao endividamento - relatórios de consignação

6.1.1 Faixa etária e gênero

A análise do perfil etário dos servidores que possuem registros de consignações ativas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 constitui um dos fatores investigados para compreender possíveis relações entre idade e níveis de endividamento. Os dados dos relatórios de consignações revelam que a média de idade dos servidores ativos com consignações em folha é de 49,67 anos, sendo a idade predominante de 53 anos. Observou-se, ainda, uma amplitude significativa de idades, que varia de 32 a 68 anos, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Perfil etário ativos

Variável	Valor (anos)
Idade mínima	32
Idade máxima	68
Idade média	49,67

Fonte: Autora (2025). Dados da pesquisa.

A análise das faixas etárias dos servidores com consignações ativas, conforme apresentada na Tabela 4, complementa a visão geral sobre o perfil etário, trazendo uma perspectiva mais detalhada sobre a distribuição das idades entre os servidores. A análise da distribuição etária dos servidores com consignações ativas revela uma concentração significativa de registros na faixa etária de 46 a 55 anos, com 82 registros. Por outro lado, a faixa etária de 32 a 35 anos, apresentam números relativamente menores, o que indica que a faixa dos mais jovens podem ter menos necessidade de recorrer a esse tipo de crédito.

Tabela 4 – Faixa etária ativos

Faixa etária	Quantidade
32 - 35	10
36 - 45	75
46 - 55	82
56 ou mais	58
Total	225

Fonte: Autora (2025). Dados da pesquisa.

Esses achados sugerem que a idade avançada pode ser um fator influente na propensão à contratação de empréstimos consignados. A predominância de registros entre servidores na faixa dos 50 anos indica uma possível correlação entre o avanço da idade e o comportamento financeiro, especialmente no que diz respeito ao uso de crédito. Adicionalmente, verifica-se um aumento no número de registros de empréstimos à medida que a idade dos servidores avança.

Tal padrão pode estar relacionado a diferentes fatores, como maior estabilidade na carreira profissional, aumento das responsabilidades financeiras ou busca por alternativas de crédito mais acessíveis para atender a demandas específicas nessa etapa da vida. No entanto, a prevalência de consignações em servidores de idades mais avançadas também levanta preocupações quanto ao impacto de longos prazos de endividamento, o que pode comprometer a segurança financeira futura.

Esse padrão está alinhado com os achados de Claudino, Nunes e Silva (2009), que identificaram a predominância de servidores com mais de 51 anos entre os que utilizam crédito consignado, reforçando a tendência de maior endividamento em faixas etárias elevadas. De forma semelhante, Silva (2017) constatou que a maioria dos entrevistados de sua pesquisa tinha mais de 46 anos, associando o envelhecimento a decisões financeiras mais propensas ao endividamento.

Além disso, Campos (2021) corrobora a relação entre idade e endividamento ao destacar que servidores a partir de 46 anos figuram entre os principais usuários de crédito consignado. No entanto, os resultados desta pesquisa contrastam com os de Flores, Vieira e Coronel (2013), que encontraram uma idade média de 44 anos em sua amostra. Essas diferenças refletem variações contextuais e temporais, mas, no conjunto, reforçam a influência do fator etário no comportamento financeiro dos servidores públicos e suas implicações para o gerenciamento do crédito.

Ademais, analisou-se o gênero dos servidores com registros ativos. As análises das rubricas de consignações revelam que a maioria dos servidores ativos com registros de consignação em folha de pagamento é composta por homens, correspondendo a 59% do total de registros. Em contrapartida, as mulheres representam 41% das rubricas de consignação registradas.

Esse dado evidencia uma predominância masculina entre os servidores que optam por essa modalidade de crédito, sugerindo possíveis diferenças de comportamento financeiro entre os gêneros no contexto analisado. A maior representatividade masculina pode estar relacionada a fatores como distribuição ocupacional no serviço público ou padrões culturais e sociais que influenciam a tomada de decisão financeira.

Os resultados desta pesquisa corroboram com as descobertas de Campos (2021), que apontou uma maior proporção de homens entre os servidores com dívidas em empréstimos consignados durante o período analisado de sete anos, reforçando o papel do gênero na adesão a essa forma de crédito. De forma semelhante, Claudino, Nunes e Silva (2009) também verificaram uma predominância masculina entre os servidores, consolidando a perspectiva de que o comportamento financeiro difere entre os gêneros.

Além disso, Silva (2017) revelou uma predominância masculina em sua amostra, destacando o gênero como um fator relevante na análise de perfil financeiro e endividamento. Potrich et al. (2016), ao analisarem como as características de perfil influenciam a propensão ao endividamento, concluíram que as mulheres tendem a ser mais cautelosas com as finanças, apresentando maior probabilidade de baixa propensão ao endividamento. Esse resultado, em conjunto com os demais, reforça a ideia de que homens, muitas vezes mais tolerantes a riscos financeiros, são mais suscetíveis ao uso de crédito e ao risco de endividamento. Assim, os padrões de comportamento financeiro observados na pesquisa refletem tendências amplamente

documentadas em estudos anteriores, vinculadas tanto a fatores culturais quanto a práticas financeiras distintivas entre os gêneros.

A compreensão dessas disparidades é fundamental para direcionar ações específicas de educação financeira que considerem as particularidades de cada grupo, promovendo maior equidade no acesso e na gestão do crédito consignado.

6.1.2 Escolaridade

Os resultados dos relatórios revelam que a escolaridade predominante entre os servidores analisados é a Pós-graduação, nível Especialização, que representa 60% do total de servidores ativos. Este dado sugere uma formação acadêmica avançada entre a maior parte dos servidores, refletindo a busca de qualificação especializada para, entre outros fatores, o aumento na remuneração, com gratificações. Em segundo lugar, encontra-se o nível superior, com 30%, o que evidencia a significativa formação universitária entre os servidores. Em contraste, a Pós-graduação em nível Mestrado é a formação menos representativa, com apenas 2% do total, sinalizando a raridade dessa formação no universo analisado. O ensino médio aparece com 8%, sinalizando que, embora a maior parte dos servidores possua uma formação educacional elevada, ainda existe uma parcela considerável com uma formação inferior ao nível superior.

Esses achados convergem com os de Silva (2017), que observou um alto nível de escolaridade entre os servidores de sua amostra, com metade dos envolvidos possuindo diploma de pós-graduação. Esse dado reflete a tendência dos servidores públicos em buscar uma qualificação avançada, que, além de ser valorizada no mercado de trabalho, é essencial para a progressão na carreira. De forma semelhante, Silva (2020) constatou que a grande maioria dos servidores de sua pesquisa possuía algum nível de pós-graduação, com especialização, mestrado ou doutorado, representando 78,8% dos entrevistados, o que corrobora o perfil de formação avançada na população de servidores.

Campara, Pacheco e Costa Jr. (2018) também encontraram um dado consistente, com 82,79% de seus indivíduos possuindo algum nível de pós-graduação, o que se alinha com os resultados encontrados nesta pesquisa, reforçando a presença predominante de servidores altamente especializados no serviço público. Por fim, Flores, Vieira e Coronel (2013) revelaram que 83,3% dos servidores de sua amostra possuíam ensino superior completo, corroborando a tendência de alto nível de escolaridade observada nesta pesquisa.

Esses dados indicam que a formação acadêmica avançada é um atributo comum entre os servidores públicos, evidenciando o esforço contínuo pela qualificação e valorização profissional. Isso sugere que os servidores, além de buscarem crescimento nas funções desempenhadas, também podem se sentir mais confiantes para tomar decisões financeiras, como o uso de crédito consignado.

6.1.3 Número de dependentes e estado civil

A análise dos relatórios de consignações revelou que os servidores ativos com registro de empréstimos consignados apresentam, em média, 1,40 dependentes, com uma variação que oscila entre 0 e 5 dependentes por servidor. Ademais, constatou-se que servidores com 10 ou mais registros de consignações ativas possuem, em sua maioria, ao menos 2 dependentes.

Esses achados sugerem que o número de dependentes pode exercer influência significativa na decisão de contratação de crédito consignado. A hipótese de que servidores com maior número de dependentes enfrentam maior comprometimento financeiro torna-se ainda mais forte ao considerar que a média de dependentes entre servidores com 10 ou mais registros de empréstimos supera a média geral, corroborando a ideia de que as responsabilidades familiares podem contribuir para o elevado uso deste recurso creditício.

Os achados de Claudino, Nunes e Silva (2009) corroboram esse padrão, estabelecendo que os servidores geralmente possuem 3 dependentes, o que sugere que o número de pessoas dependentes de um servidor pode aumentar a necessidade de crédito, visto que uma renda tende a ser mais comprometida com as despesas familiares. Da mesma forma, Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018) apontam que 55,53% dos servidores em sua pesquisa possuem dependentes, o que também sugere uma tendência maior de endividamento neste grupo.

Campos (2021) observa que servidores com dependentes são mais propensos a contraírem dívidas de empréstimos consignados, destacando a relação entre a responsabilidade familiar e o aumento da utilização do crédito. Potrich et al. (2016) reforçam esta conclusão, afirmando que indivíduos com dependentes têm maior probabilidade de se endividarem, dada a necessidade de atender a múltiplos compromissos financeiros. Assim, o número de dependentes parece ser um fator determinante no uso do crédito consignado, evidenciando a influência das responsabilidades familiares no comportamento financeiro dos servidores.

Adicionalmente, a análise dos relatórios de consignações também contemplou o estado civil dos servidores ativos com registros de consignação em folha de pagamento. Os resultados indicam que a maioria desses servidores é composta por casados ou aqueles que vivem em união estável, representando 65% dos registros analisados. Em segundo lugar, encontram-se os servidores solteiros, que correspondem a 28% dos registros, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 – Estado Civil

Estado civil	Percentual
Casado/União estável	65%
Solteiro	28%
Divorciado	7%
Total	100%

Fonte: Autora (2025). Dados da pesquisa.

Esses dados revelam uma maior incidência de registros de consignações entre servidores casados ou em união estável, sugerindo uma possível influência entre o estado civil e as decisões financeiras. A análise evidencia que servidores com estrutura familiar consolidada, frequentemente associados a responsabilidades ampliadas, como a manutenção de dependentes e obrigações familiares, são os que mais recorrem a essa modalidade de crédito.

Resultados semelhantes foram encontrados em estudos anteriores. Claudino, Nunes e Silva (2009) identificaram que 74,9% dos servidores analisados eram casados, corroborando a maior propensão de servidores casados ao endividamento. Flores, Vieira e Coronel (2013) também constataram que a maioria dos entrevistados possuía um conjugue, representando 61% do total. Por fim, Silva, Neto e Araujo (2017) encontraram um padrão semelhante, com a maior parte dos entrevistados casados ou em união estável, destacando a relação entre o estado civil e as decisões financeiras, especialmente no contexto de endividamento. Esses achados sugerem que o estado civil desempenha um papel importante nas escolhas financeiras dos servidores, com os casados e em união estável possivelmente buscando o crédito consignado para atender às demandas familiares.

6.1.4 Perfil das consignações

Os dados obtidos a partir dos relatórios de consignações ativas em folha de pagamento, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, revelaram um total de 960 registros de empréstimos consignados ativos, concentrados em 225 matrículas. Estes registros abrangem diferentes categorias de servidores, incluindo ativos, removidos, cedidos e juízes.

Considerando todas as categorias, observou-se que algumas matrículas apresentam mais de um empréstimo consignado ativo, com variações que vão de 1 a 22 registros por matrícula.

Esse montante evidencia uma significativa demanda por esta modalidade de crédito no período analisado, como indicado pela relação entre o número total de consignações e o quantitativo de servidores. A análise mais detalhada demonstrou uma média de 4,27 consignações por matrícula, com um valor médio das parcelas de R\$ 1.011,96. Entre os servidores ativos, constatou-se que o número de consignações ativas por contracheque varia entre 1 e 17 por matrícula, ressaltando a amplitude de uso dessa modalidade de crédito. Adicionalmente, analisou-se os prazos médios das consignações. Os resultados revelaram uma variação entre 5 e 144 parcelas, com uma média de 110,47 meses, conforme detalhado na tabela 6.

Tabela 6 – Consignações ativas

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média
Número de registros por matrícula (ativos)	1	17	4,27
Valor das parcelas (R\$)	R\$ 23,38	R\$ 8.805,40	R\$ 1.011,96
Prazo das consignações (meses)	5	144	110,47

Fonte: Autora (2025). Dados da pesquisa.

Esses resultados apontam para uma preocupação relevante no que tange ao uso recorrente e cumulativo dos empréstimos consignados. A facilidade de acesso, associada às condições favoráveis de contratação, pode, paradoxalmente, contribuir para a exposição ao sobre-endividamento, ampliando os riscos financeiros para os servidores. Além disso, tais dados acendem um alerta, em relação aos prazos, tendo em vista que prazos maiores tendem a incrementar o montante final devido à incidência de juros, potencializando as dificuldades financeiras para aqueles que não consideram de forma criteriosa as taxas e encargos associados. Assim, o uso recorrente aliado ao prazo estendido pode se configurar um fator agravante do endividamento, exigindo maior atenção por parte dos servidores quanto à gestão financeira e planejamento de longo prazo.

6.1.5 Categoria Funcional

Outra variável relevante analisada refere-se à categoria funcional dos servidores. Os dados obtidos revelam que a maior parcela dos registros de empréstimos consignados pertence à categoria de Técnicos Judiciários, com 657 registros, o que corresponde a 68% do total de consignações. Na sequência, estão os Analistas Judiciários, com 29% dos registros, e, por fim, os Juízes, que representam a menor proporção, com apenas 3% dos registros, conforme tabela 7. Cabe ressaltar, que o número de registros por servidor não se limita a uma consignação.

Tabela 7 – Categoria Funcional – Todas as Seções

Categoria Funcional	Quantidade de consignações	Percentual
Técnico Judiciário	657	68%
Analista	279	29%
Juiz	24	3%
Total	960	100%

Fonte: Autora (2025). Dados da pesquisa.

No total de registros, ao se examinar as subcategorias dentro das categorias de Técnicos e Analistas Judiciários, observa-se que, na categoria de Técnico Judiciário, a subcategoria

Técnico Judiciário/Administrativo é predominante, com 528 registros de consignações, detalhado na tabela 8.

Tabela 8 – Registro de consignações por subcategoria Funcional – todas as subseções

Técnico Judiciário - Subcategorias	Quantidade
Técnico Judiciário/ Administrativa	528
Técnico Judiciário/ Administrativa (Telecomunicações E Eletricidade)	4
Técnico Judiciário/ Administrativa (Agente Da Polícia Judicial)	72
Técnico Judiciário/ Apoio Especializado (Suporte Técnico)	13
Técnico Judiciário/ Administrativa (Apoio De Serviços Diversos)	22
Técnico Judiciário/ Apoio Especializado (Contabilidade)	11
Técnico Judiciário/ Administrativa (Telefonia)	6
Técnico Judiciário/ Apoio Especializado (Tecnologia Da Informação)	1
Total	657

Fonte: Autora (2025). Dados da pesquisa.

Outrossim, no caso dos Analistas Judiciários, a subcategoria de Analista Judiciário/Judiciária é a majoritária, com 173 registros de consignação, conforme tabela 9.

Tabela 9 – Consignações por Subcategoria Funcional – todas as subseções

Analista Judiciário - Subcategorias	Quantidade
Analista Judiciário/ Administrativa	35
Analista Judiciário/ Judiciária	173
Analista Judiciário/ Oficial De Justiça	69
Analista Judiciário/ Apoio Especializado (Contabilidade)	2
Total	279

Fonte: Autora (2025). Dados da pesquisa.

No que tange à amostra delimitada para a Seção Judiciária do Maranhão, considerando exclusivamente os servidores ativos, obtém-se que, das 225 matrículas com registro, 167 são dessa seção, destes 72% são técnicos judiciários e 28% analistas, conforme tabela 10. Além disso, ao avaliar a relação entre a quantidade de empréstimos e o número de servidores em cada grupo nessa Seção, verificou-se que os técnicos possuem, em média, 0,50 empréstimos por servidor, enquanto os analistas possuem apenas 0,38. Essa diferença indica que, proporcionalmente ao número de servidores, os técnicos contratam 31,58% mais empréstimos do que os analistas, reforçando a tese de que esse grupo faz maior uso do crédito consignado.

Tabela 10 – Consignações por Categoria Funcional –Seção Judiciária do Maranhão

Subcategorias	Consignações
Técnico Judiciário	121
Analista Judiciário/	46
Total	167

Fonte: Autora (2025). Dados da pesquisa.

Os resultados obtidos sugerem que a remuneração dos servidores pode ter um impacto relevante nas decisões sobre a contratação de empréstimos consignados. A categoria dos técnicos judiciários, que apresenta o maior número em termos gerais e proporcionais de registros, possui uma remuneração média inferior à dos Analistas Judiciários, o que pode indicar uma maior necessidade de acesso a esse tipo de crédito. Em contrapartida, os analistas,

com subsídios mais elevados, apresentam um número consideravelmente menor de registros de consignação, evidenciando uma possível menor dependência desse tipo de crédito.

Essa hipótese corrobora com as conclusões de Potrich et al. (2016) e Silva, Neto e Araújo (2017), que destacam que indivíduos com rendas mais baixas tendem a apresentar maior probabilidade de endividamento. A relação entre a categoria profissional, a remuneração e a necessidade de crédito consignado refletem um padrão consistente, indicando que servidores com rendas mais elevadas, como os juízes e analistas, podem ter menor necessidade de aderir ao crédito, ao passo que servidores com rendas mais baixas, como os técnicos judiciários podem se ver mais dependentes dessa modalidade de crédito para equilibrar suas finanças.

6.1.6 Adicional de funções

Uma análise das funções gratificadas entre os servidores ativos com registros de consignações revelou que 69% exercem alguma função que gera gratificação salarial, enquanto 31% não desempenham funções gratificadas. Este dado sugere uma relação potencial entre a obtenção de gratificações e a contratação de empréstimos consignados, possivelmente associada à percepção de aumento da capacidade de endividamento em ocorrência de acréscimo salarial.

A tabela 11 evidencia as funções gratificadas presentes na remuneração dos servidores ativos analisados. Dentre as funções exercidas, a mais prevalente é a Função Comissionada 05 (FC-05), que representa 55% do total de funções registradas. Em seguida, destaca-se a Função Comissionada 02 (FC-02), com 14% dos registros.

Tabela 11 – Adicional de Funções

Função	Valor correspondente	Quantidade servidores	Percentual (%)
FC-01	1.145,14	3	2%
FC-02	1.331,52	21	14%
FC-03	1.549,52	19	12%
FC-04	2.179,66	4	3%
FC-05	2.508,30	86	55%
FC-06	3.452,10	8	5%
CJ-01	6.731,35	2	1%
CJ-03	9.450,62	13	8%
Total		156	100%

Fonte: Autora (2025). Dados da pesquisa.

Esse panorama reforça a importância de considerar as remunerações adicionais proporcionadas por funções gratificadas como um fator influente no comportamento de endividamento, dada a ampliação da renda líquida disponível para comprometer com parcelas de empréstimos.

6.1.7 Seção de lotação

Os servidores com registros de empréstimos consignados no período consolidado são distribuídos entre diferentes depósitos e subseções do órgão no Maranhão. Os dados encontrados, detalhados na tabela 12, revelam que a Seção Judiciária do Maranhão concentra a maior parte dos registros de consignação, totalizando 74,2% das consignações. Em seguida, destaca-se a Subseção de Imperatriz, com 11,55% dos registros. Por outro lado, as subseções de Bacabal e Balsas apresentam os menores índices, ambos com 3,55 e 4% dos registros de consignações, respectivamente.

Tabela 12 – Seção de Lotação

Seção de Lotação	Percentual
Seção Judiciária Do Maranhão	74,2%
Subseção Judiciária De Caxias	6,7%
Subseção Judiciária De Bacabal	3,55%
Subseção Judiciária De Balsas	4%
Subseção Judiciária De Imperatriz	11,55%
Total	100%

Fonte: Autora (2025). Dados da pesquisa.

Esses resultados sugerem uma concentração de empréstimos consignados na Seção Judiciária do Maranhão, o que pode refletir tanto o maior número de servidores lotados nesta unidade quanto a maior acessibilidade ou demanda por crédito consignado entre os servidores dessa região. A discrepância entre as subseções pode estar relacionada à variação no número de servidores, bem como a fatores econômicos ou administrativos locais que influenciam o acesso a essa modalidade de crédito.

6.2 Análise do endividamento - questionário

Para analisar o nível de endividamento dos servidores, foram considerados os seguintes indicadores: existência de dívidas ativas e o percentual de comprometimento da renda com dívidas, aliado ao tempo de atraso nos pagamentos, conforme descrito na metodologia. Os resultados obtidos demonstram que 70% dos entrevistados possuem dívidas ativas, refletindo uma alta prevalência de compromissos financeiros entre os participantes. Dentro desse grupo, 30% encontram-se em risco de sobre-endividamento, com dívidas que comprometem de 25% a 50% da renda mensal e atrasos que variam entre 30 dias e mais de 60 dias.

Por outro lado, as respostas demonstraram que 40% dos servidores são classificados como pouco endividados, apresentando dívidas que comprometem até 25% da renda e com atrasos de no máximo 30 dias ou sem inadimplência. Outro aspecto de destaque é a existência de 10% de servidores sobre-endividados, cujas dívidas comprometem mais de 50% da renda e apresentam atrasos superiores a 60 dias. Por fim, 20% dos entrevistados afirmaram não possuir obrigações ativas ou em atraso, conforme descrito na tabela 13.

Tabela 13 – Nível de endividamento

Nível de endividamento	Percentual de servidores
Sem dívidas	20%
Pouco endividado	40%
Com risco de sobre-endividamento	30%
Sobre endividado	10%
Total	100%

Fonte: Autora (2025). Dados da pesquisa.

Esses resultados corroboram os achados de Claudino, Nunes e Silva (2009), que também identificaram um elevado percentual de dívidas em atraso. Embora a análise geral revele que 60% dos servidores apresentam um baixo nível de endividamento ou estão livres de compromissos financeiros, a proporção combinada de 40% com risco de sobre-endividamento ou em situação de sobre-endividamento acende um alerta sobre a gestão das finanças pessoal no grupo estudado. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas voltadas à educação financeira e à promoção de práticas responsáveis no uso do crédito, buscando mitigar o risco

de inadimplência e prevenir o comprometimento excessivo da renda com obrigações financeiras.

6.2.1 *Motivações de aquisição de empréstimo consignado*

Para compreender os fatores que impulsionam os servidores na contratação de empréstimos consignados, o questionário incluiu perguntas sobre a principal motivação para adquirir essa modalidade de crédito, bem como os critérios considerados no momento da decisão.

Os resultados revelaram que a principal motivação para solicitar o empréstimo consignado é a aquisição de bens de consumo, apontada por 50% dos entrevistados. Esse dado acendeu um alerta sobre o uso consciente do crédito, uma vez que apenas 20% dos participantes indicaram o investimento como destino dos recursos, uma aplicação que, potencialmente, poderia gerar retorno financeiro no futuro. Outros 20% utilizaram o crédito para quitar dívidas existentes, um sinal preocupante de possível ciclo de endividamento contínuo. Por outro lado, 10% dos servidores declararam não estarem fazendo uso de empréstimos consignados, conforme tabela 14.

Tabela 14 – Motivações de aquisição de consignados

Motivação	Percentual de servidores
Aquisição de bens de consumo (ex.: eletrodomésticos, móveis)	50%
Investimentos	20%
Pagar dívidas	20%
Não utilizo atualmente	10%
Total	100%

Fonte: Autora (2025). Dados da pesquisa.

No que tange aos critérios principais considerados na escolha do empréstimo consignado, a taxa de juros mais baixa em relação a outras modalidades de crédito foi o fator determinante para 70% dos respondentes. Esse dado, embora esperado, suscita reflexões importantes, pois a percepção de vantagem em relação a outras formas de crédito pode mascarar os riscos de um endividamento excessivo.

Além disso, 20% dos servidores consideraram a facilidade e rapidez na aprovação como fator motivador, o que acende uma preocupação quanto ao acesso facilitado e estímulo ao consumo, que podem contribuir para o sobre-endividamento. Segundo Banco Central do Brasil (2022), o estímulo ao consumo aliado as facilidades de aquisição desta modalidade fazem com que servidores públicos, aposentados e pensionistas estejam entre os grupos que mais recorrem a essa modalidade de crédito no Brasil.

6.2.2 *Análise do conhecimento financeiro*

Para avaliar o nível de conhecimento financeiro dos servidores, foram aplicadas seis questões objetivas, abordando conceitos essenciais de educação financeira. As variáveis investigadas contemplam liquidez nas aplicações, valor do dinheiro no tempo (juros compostos), encargos financeiros em relação ao prazo da dívida, custos e despesas financeiras, e planejamento financeiro. Os resultados obtidos evidenciaram uma compreensão variada desses conceitos, destacando tanto pontos de maior domínio quanto áreas que demandam atenção, conforme tabela 15.

A questão que avaliou a variável custos e despesas financeiras obteve um desempenho notável, com 100% de acertos, refletindo uma sólida compreensão dos servidores sobre os

custos associados ao uso do crédito rotativo e as despesas que ele acarreta. Esse desempenho positivo se alinha aos achados de Claudino, Nunes e Silva (2009) cuja pesquisa também revelou um resultado expressivo de 95% de acertos nessa mesma variável. Da mesma forma, o estudo de Lucci et al. (2006) obteve um percentual de 76,2% de acertos, o que demonstra um nível considerável de compreensão, embora inferior ao obtido neste estudo.

A questão que abordou o conceito de valor do dinheiro no tempo, também obteve um índice relevante de acertos, com 70%, que reflete uma compreensão significativa desse conceito entre os respondentes, indicando que a maioria reconhece a importância de começar a investir o quanto antes para maximizar os resultados financeiros ao longo do tempo.

Entretanto, a questão que explorou os encargos financeiros em relação ao prazo da dívida obteve um índice de acertos de 40%, revelando uma dificuldade significativa dos servidores em compreender a relação entre o prazo do financiamento e o aumento dos encargos financeiros totais. Esse desempenho foi inferior aos resultados encontrados em estudos anteriores. Claudino, Nunes e Silva (2009) reportaram um percentual de 60% de acertos na mesma variável, enquanto Lucci et al. (2006) obteve uma média de 77,5% de acertos.

De maneira semelhante, a questão sobre planejamento financeiro, que avaliou a capacidade dos servidores de calcular o tempo necessário para acumular recursos para a compra de um bem, apresentou um índice de acertos de 40%, evidenciando dificuldades em aplicar conceitos financeiros em situações práticas de organização orçamentária. Esse resultado aponta para uma lacuna significativa na capacidade dos servidores de planejar suas finanças a médio e longo prazo, o que pode prejudicar a realização de metas financeiras. Esse desempenho foi semelhante ao observado por Claudino, Nunes e Silva (2009), que também encontrou dificuldades em aplicar esses conceitos de forma prática, destacando a necessidade de estratégias educativas focadas no fortalecimento do planejamento financeiro cotidiano.

Tabela 15 – Acertos por variável analisada

Variáveis investigadas	Percentual de acertos
Liquidez nas aplicações	50%
Valor do dinheiro no tempo (juros compostos)	70%
Encargos financeiros em relação ao prazo da dívida	40%
Custos e despesas financeiras	100%
Planejamento financeiro (5)	40%
Planejamento financeiro (6)	60%

Fonte: Autora (2025). Dados da pesquisa.

A análise do nível de conhecimento financeiro dos servidores, com base nos resultados do questionário aplicado, classificou os participantes em três categorias: insuficiente, moderado e satisfatório, conforme delineado na metodologia da pesquisa. Os dados obtidos indicaram que 40% dos servidores se enquadraram na categoria de conhecimento insuficiente, 30% apresentaram um conhecimento moderado e 30% demonstraram um conhecimento satisfatório, conforme tabela 16. Esses resultados revelam que a maioria dos servidores possui lacunas significativas no entendimento dos conceitos financeiros abordados, com um percentual considerável de indivíduos com conhecimento insuficiente.

Tabela 16 – Distribuição conhecimento financeiro

Nível de conhecimento	Percentual de acertos
0 a 60% = insuficiente	40%
61 a 75% = moderado	30%
75 a 100% = satisfatório	30%
Total	100%

Fonte: Autora (2025). Dados da pesquisa.

Esses achados apresentam uma distribuição semelhante à observada por Claudino, Nunes e Silva (2009), que identificaram 44% de participantes com conhecimento insuficiente, 30,3% com conhecimento moderado e 25,7% com nível satisfatório, indicando a necessidade de intervenções para melhorar a compreensão sobre conceitos financeiros fundamentais.

6.3 Análise da relação entre o nível de conhecimento financeiro e o nível de endividamento dos servidores

Para compreender a relação entre o nível de conhecimento financeiro e o grau de endividamento dos servidores, foi utilizado o Microsoft Excel para cruzar os dados obtidos por meio do questionário, correlacionando as respostas com as categorias de endividamento identificadas. A análise revelou uma tendência entre o nível de conhecimento financeiro e a condição de endividamento dos servidores.

Os servidores classificados como “sem dívidas” obtiveram um índice de acerto de 75% nas questões de conhecimento financeiro, posicionando este grupo na categoria de conhecimento financeiro satisfatório. Esse resultado sugere que um maior domínio sobre conceitos financeiros pode estar associado a uma gestão mais eficiente das finanças pessoais e à ausência de dívidas. Além disso, os servidores classificados como “pouco endividados” obtiveram um índice de acerto de 63%, sendo enquadrados na categoria de conhecimento financeiro moderado. Esses dados indicam que, embora possuíssem algum grau de entendimento sobre educação financeira, há espaço para aprimoramento, o que pode refletir em uma gestão financeira mais segura.

Em contrapartida, os servidores classificados como “em risco de endividamento” tiveram um índice de acerto de 56%, enquanto aqueles na categoria de “sobre-endividados” tiveram um índice de acerto de 50%. Ambos os grupos se enquadram na categoria de conhecimento financeiro insuficiente, o que evidencia um fato preocupante entre a baixa classificação em conhecimento financeiro e a maior vulnerabilidade ao endividamento.

Tabela 17 – Distribuição de nível de endividamento e conhecimento financeiro

Categoria de endividamento	Acertos %	Nível de conhecimento
Sem dívidas	75%	75 a 100% = satisfatório
Pouco endividado	63%	61 a 75% = moderado
Risco de sobre endividamento	56%	0 a 60% = insuficiente
Sobre endividado	50%	0 a 60% = insuficiente

Fonte: Autora (2025). Dados da pesquisa.

Esses achados corroboram com as conclusões de Silva et al. (2020) e Claudino, Nunes e Silva (2009), que identificaram uma relação consistente entre maiores níveis de conhecimento financeiro e menores índices de endividamento. De acordo com esses estudos, o conhecimento financeiro adequado desempenha um papel importante na gestão das finanças pessoais, sendo um fator determinante na prevenção do endividamento excessivo. Contudo, embora os dados

indiquem que o conhecimento financeiro exerce influência significativa sobre o endividamento, é importante considerar que fatores comportamentais, sociais e econômicos também desempenham papéis cruciais nesse contexto.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o perfil dos servidores técnicos e analistas usuários de crédito consignado em um órgão federal, e a influência do conhecimento financeiro dos servidores nesse processo. Este tema demonstra sua relevância diante do crescente endividamento observado e da importância do crédito consignado como uma modalidade amplamente utilizada pelos servidores públicos, em razão de suas condições facilitadas.

A partir dos resultados obtidos, entende-se que o estudo cumpriu seus objetivos. No que tange o perfil de endividamento, os dados dos relatórios de consignação, que abrangem o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, revelaram um total de 960 registros de empréstimos consignados, distribuídos entre 225 matrículas, com uma média de 4,27 registros por servidor. Esse dado demonstra a ampla utilização do crédito consignado entre os servidores do órgão, com a maioria dos registros concentrados na seção judiciária do Maranhão (72%), principalmente na categoria de Técnicos Judiciários (68%). Esse resultado sugere que, devido a pagamentos médios inferiores, os Técnicos Judiciários recorrem mais frequentemente ao crédito consignado, o que pode indicar uma necessidade maior de acesso a esse tipo de crédito. Já os Juizes, com subsídios significativamente mais elevados, apresentaram uma menor incidência de registros, evidenciando uma possível menor dependência do crédito consignado.

Em relação ao perfil demográfico, a pesquisa mostrou uma predominância de servidores do sexo masculinos (62%), com idade média de 49,67 anos. Essa faixa etária sugere que os servidores mais velhos tendem a utilizar mais o crédito consignado, o que pode estar relacionado à maturidade financeira ou à necessidade de maior suporte financeiro em uma fase mais avançada da carreira. A escolaridade dos servidores também foi relevante, com 60% dos servidores com registro de consignações possuindo pós-graduação, a nível de especialização, o que indica um nível de instrução elevado. Quanto ao estado civil, 65% dos servidores são casados ou vivem em união estável, o que pode refletir um padrão comportamental em que as responsabilidades familiares, como o sustento dos dependentes, influenciam na decisão de recorrer ao crédito.

Esses resultados sugerem que, além do conhecimento financeiro, fatores como a remuneração, a faixa etária e a composição familiar influenciam significativamente a utilização do crédito consignado pelos servidores. Uma análise desse perfil de endividamento fornece uma compreensão mais aprofundada das motivações que levam os servidores a buscar essa modalidade de crédito e destaca a necessidade de estratégias de educação financeira que considerem essas variações.

Quanto ao nível de conhecimento financeiro, servidores classificados como “em risco de endividamento” e “sobre-endividados” obtiveram acertos de 56% e 50%, respectivamente, sendo classificados com conhecimento insuficiente. Por outro lado, servidores classificados como “sem dívidas” apresentaram um percentual de acerto de 75%, enquanto os “pouco endividados” acertaram 63% das questões objetivas, sendo classificados com conhecimento financeiro satisfatório e moderado, respectivamente, demonstrando que um maior conhecimento sobre os temas financeiros pode contribuir para uma gestão financeira mais eficiente e, conseqüentemente, para a diminuição do endividamento excessivo.

Este estudo oferece contribuições significativas ao evidenciar a importância da educação financeira no contexto do funcionalismo público, demonstrando que o conhecimento financeiro adequado pode desempenhar um papel crucial na prevenção do endividamento. Uma análise de dados detalhada sobre as motivações, o comportamento financeiro e o impacto da

educação financeira contribuem para o desenvolvimento de políticas organizacionais que visem a promoção de uma gestão mais responsável do crédito.

Cabe pontuar, que o presente estudo tem limitações, sobretudo no que tange ao tamanho da amostra do questionário, abrangendo uma parcela muito pequena da população, o que pode ter ocorrido devido a tratar-se de um tema sensível de endividamento e vida financeira dos servidores. Para estudos futuros, sugere-se ampliar a amostra, incluindo servidores aposentados, pensionistas e inativos, bem como expandir o estudo para outros órgãos estaduais. Além disso, outras pesquisas poderiam explorar com mais profundidade as variáveis sociodemográficas, como a idade, o sexo e o estado civil, para entender melhor como esses fatores influenciam a propensão ao endividamento.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, F.; FARIAS, F. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Relatório de economia bancária**. Brasília: BCB. 2022a, 220 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Guia de excelência na oferta de produtos e serviços financeiros: Operações de crédito**. Brasília: BCB, v. 1, 3ª ed., 2022b. 29 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/guia_de_excelencia/guia_de_excelencia_oferta_de_produtos_servi%C3%A7os_financeiros.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRANDÃO, V. Crédito Consignado: uma análise dos impactos dessa inovação financeira para o desenvolvimento econômico brasileiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 58, p. 182-212, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/596>. Acesso em: 02 ago. 2023.

BRUNO, M.; GENTIL, D. Endividamento dos Servidores Públicos Brasileiros: armadilhas da expropriação salarial impulsionada pelo próprio Estado. In: MARQUES, R.; CARDOSO, J. **Dominância financeira e privatização das finanças públicas no Brasil**. Brasília: FONACATE, 1 ed. p. 445-463, fev./2022. Disponível em: <https://fonacate.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Domina%C3%A7%C3%A3o-das-Financ%C3%A7as-Pu%C3%Blicas-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CAMPARA, J; VIEIRA, K; COSTA, V; FRAGA, L. O dilema dos inadimplentes: antecedentes e consequentes do “nome sujo”. **Revista Brasileira de Marketing – ReMark**. v. 15, n.1, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471755315006.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2023.

CAMPOS, G. **Endividamento pessoal: uma análise a partir da utilização do crédito consignado por servidores públicos**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

CLAUDINO, P.; NUNES, B.; SILVA, F. Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: **XII Seminários em Administração (SEMEAD)**. São Paulo, 2009.

Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

FLORES, S.; VIEIRA, K.; CORONEL, D. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **R. Adm. FACES Journal Belo Horizonte**. v. 12, n. 2, p. 13-35, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/facesp/article/view/808>. Acesso em: 13 jul. 2023.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; OUDHEUSDEN, P. Financial literacy around the world. Washington, DC: **Standard & Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey**. 2015. 27 p. Disponível em: https://media.hotnews.ro/media_server1/document-2015-11-19-20605811-0-finlit-paper-16-f2-singles.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.

LEÃO, A. **Empréstimos consignados e endividamento, uma estreita relação entre o(a)s servidore(a)s público(a)s Técnicos-Administrativos em Educação**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social/UFRPE, 2016. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/handle/tede2/6188>. Acesso em: 22 ago. 2023.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. A influência da Educação Financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. **IN IX SEMEAD**. São Paulo, 2006. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_seMead/trabalhosPDF/266.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

LUSARDI, A.; TUFANO, P. Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness. **Journal of Pension Economics and Finance**. v. 14, n. 4, 2015. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-pension-economics-and-finance/article/debt-literacy-financial-experiences-and-overindebtedness/6140546AF9CA1BAC33FAE47F35C5C178>. Acesso em: 13 jul. 2023.

LUSARDI, A; MITCHELL, O. How Ordinary Consumers Make Complex Economic Decisions: Financial Literacy and Retirement Readiness. **Quarterly Journal of Finance**. v. 7, n. 3, 2017. Disponível em: https://www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S2010139217500082?casa_token=ryAm6wM8Z90AAAAA:hqwXuONGS28z8k2U2LONWSGFyo1rKa0P_iBmdnLcFwx_sqEfOE9LQyp4zKlMwxf8SET2TULelsd7. Acesso em: 14 jul. 2023.

LUSARDI, A. Financial literacy and the need for financial education: Evidence and implication. **Swiss Journal of Economics and Statistics**. v. 155(1), n. 1, 2019. Disponível em: <https://sjes.springeropen.com/articles/10.1186/s41937-019-0027-5>. Acesso em: 17 jul. 2023.

LUSARDI, A; MITCHELL, O. The Importance of Financial Literacy: Opening a New Field. **NBER Working Paper Series**, n. 31145, abr./2023. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w31145>. Acesso em: 17 jul. 2023.

MOURA, R.; OLIVEIRA, S.; SILVA, R. Crédito consignado e seu impacto na vida dos aposentados. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22717>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PACHECO, G.; CAMPARA, J.; COSTA Jr. Traços de personalidade, atitude ao endividamento e conhecimento financeiro: um retrato dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista de Ciências da Administração**. v. 20, n. 52, p. 54-73, dez. 2018. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/f1803379b581c54c3e3166369347152e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1576337>. Acesso em: 08 ago. 2023.

POTRICH, A.; VIEIRA, K.; CORONEL, D.; FILHO, R. Modelando A Propensão ao Endividamento: Os Fatores Comportamentais e Socioeconômicos são determinantes? **Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión**, v. 24, n. 2, p. 85-110, 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-68052016000200006&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 08 ago. 2023.

POTRICH, A.; VIEIRA, K.; CERETTA, P. Nível de Alfabetização Financeira dos Estudantes Universitários: afinal, o que é relevante? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 12, n. 3, p. 314-333, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/1656>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SAVOIA, J.; SAITO, A.; SANTANA S. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.41. n. 6, p. 1121-1141, nov./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SERASA EXPIRIAN. **Mapa Da Inadimplência e Renegociação De Dívidas**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renegociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 31 de ago. 2023.

SILVA, J.; NETO, O.; ARAÚJO, R. Educação Financeira de Servidores Públicos: Hábitos de Consumo, Investimento e Percepção de Risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 2, p. 104-120, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5970750>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SILVA, A.; SILVA, F.; FERREIRA, J.; CASTRO, P. FINANÇAS PESSOAIS: um estudo da relação entre educação financeira e o endividamento pessoal dos servidores da Universidade Federal do Ceará. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**. v.11, n. 2, p. 3189-3213, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/REGS/article/view/10711>. Acesso em: 20 jul. 2023

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. jul. 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.

APÊNDICE A – Questionário**GÊNERO ***

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Outro

CARGO QUE OCUPA *

- ☐ Técnico
- ☐ Analista

FAIXA ETÁRIA *

- ☐ 18-25 anos
- ☐ 26-35 anos
- ☐ 36-45 anos
- ☐ 46-55 anos
- ☐ 56 anos ou mais

VOCÊ POSSUI EMPRÉSTIMO CONSIGNADO ATIVO ATUALMENTE? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

ANTES DE OPTAR PELO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, VOCÊ OPTOU POR OUTRAS MODALIDADES DE CRÉDITO? EM CASO AFIRMATIVO, INDIQUE QUAL(IS):

- ☐ Cartão de crédito
- ☐ Empréstimo pessoal não consignado
- ☐ Cheque especial
- ☐ Não possuo empréstimo consignado
- ☐ Outro:

VOCÊ POSSUI OUTROS DÉBITOS ATIVOS (FINANCIAMENTOS, CARTÕES DE CRÉDITO, CARNÊS DE LOJA, CHEQUE ESPECIAL ETC.)?

- Sim
- Não

CASO POSSUA DÉBITOS, QUAL O VALOR TOTAL DAS PARCELAS MENSAIS DESSAS DÍVIDAS (EMPRÉSTIMO CONSIGNADO E OUTROS DÉBITOS) EM RELAÇÃO À SUA RENDA MENSAL TOTAL? *

- Menos de 25% da minha renda mensal
- Entre 25% e 50% da minha renda mensal
- Entre 50% e 75% da minha renda mensal
- Mais de 75% da minha renda mensal
- Não possuo débitos ativos

VOCÊ POSSUI ATUALMENTE CONTAS EM ATRASO? SE SIM, HÁ QUANTO TEMPO?*

- Menos de 30 dias
- Entre 30 e 60 dias
- Mais de 60 dias
- Não possuo contas em atraso

MOTIVAÇÃO PRINCIPAL PARA SOLICITAR O EMPRÉSTIMO CONSIGNADO: *

- Pagamento de dívidas
- Aquisição de bens de consumo (ex.: eletrodomésticos, móveis)
- Investimentos
- Viagens e lazer
- Não utilizo empréstimo consignado atualmente
- Outro:

CRITÉRIOS PRINCIPAIS CONSIDERADOS AO CONTRATAR O EMPRÉSTIMO CONSIGNADO: *

- Taxa de juros mais baixa em comparação com outros empréstimos

- Facilidade e rapidez na aprovação
- Parcelas fixas e dedução automática sem salário
- Prazos flexíveis para pagamento
- Menos burocracia em relação a outros produtos de crédito
- Não utilizo empréstimo consignado atualmente

MUITAS PESSOAS GUARDAM DINHEIRO PARA DESPESAS INESPERADAS. SE SUSANA E JÚLIO CÉSAR TÊM GUARDADO ALGUM DINHEIRO PARA EMERGÊNCIAS, QUAL DAS SEGUINTE FORMAS SERIA A MENOS EFICIENTE PARA O CASO DELES PRECISAREM DO RECURSO COM URGÊNCIA? *

- Poupança ou Fundos de Investimento
- Ações ou Dólar
- Conta corrente
- Bens (Carro, moto, imóvel...)

RONALDO E DANIELA TÊM A MESMA IDADE. AOS 25 ANOS, ELA COMEÇOU A APLICAR R\$ 1.000,00 POR ANO, ENQUANTO O RONALDO NÃO GUARDAVA NADA. AOS 50, RONALDO PERCEBEU QUE PRECISAVA DE DINHEIRO PARA SUA APOSENTADORIA E COMEÇOU A APLICAR R\$ 2.000,00 POR ANO, ENQUANTO DANIELA CONTINUOU POUPANDO SEUS R\$ 1.000,00. AGORA ELES TÊM 75 ANOS. QUEM TEM MAIS DINHEIRO PARA SUA APOSENTADORIA, SE AMBOS FIZERAM O MESMO TIPO DE INVESTIMENTO? *

- Eles teriam o mesmo valor, já que na prática guardaram as mesmas somas
- Ronaldo, porque poupou mais a cada ano
- Daniela, porque seu dinheiro rendeu por mais tempo a juros compostos

QUAL DAS PESSOAS PAGARIA MAIS EM DESPESAS FINANCEIRAS POR ANO SE ELAS GASTASSEM A MESMA QUANTIA POR ANO EM SEUS CARTÕES DE CRÉDITOS? *

- Ellen, que sempre paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento
- Pedro, que geralmente paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento, mas ocasionalmente paga só o mínimo, quando está sem dinheiro.
- Luís, que paga pelo menos o mínimo todo mês e um pouco mais quando tem alguma folga
- Nanci, que sempre paga o mínimo

DIRCEU E ROBERTO SÃO JOVENS QUE TÊM O MESMO SALÁRIO. AMBOS DESEJAM COMPRAR UM CARRO NO VALOR DE R\$ 10.000,00. QUEM PAGOU MAIS PELO BEM? *

- Dirceu, que comprou hoje, financiando o saldo devedor por 24 meses
- Roberto, que preferiu poupar por 15 meses, mas comprou o carro à vista

JOSÉ PLANEJA COMPRAR UM BEM DE R\$ 5.000,00. ELE POSSUI UMA RENDA MENSAL DE R\$ 3.000,00 E DESPESAS FIXAS DE R\$ 2.200,00. ASSUMINDO QUE ELE CONSIGA POUPAR 80% DO EXCEDENTE MENSAL, QUANTO TEMPO LEVARÁ PARA ATINGIR SEU OBJETIVO, CONSIDERANDO UMA APLICAÇÃO COM RENDIMENTO MENSAL DE 0,4%? *

- 6 meses
- 7 meses
- 8 meses
- 9 meses